

Professores brasileiros resistem a sucessivos golpes há mais de 5 anos

O Brasil viveu um período de conquistas importantes para os **professores** entre os anos de 2005 e 2014. Com a criação do **Fundeb**, em 2007, passaram a ser garantidos recursos para os salários dos professores desde a creche até o ensino médio. E o fundo trouxe todas as condições para a elaboração da [Lei do Piso](#), em 2008. Seis anos depois, com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), os professores obtiveram quatro conquistas, por meio das metas aprovadas.

A de número 15, voltada à formação inicial dos professores, estabeleceu a necessidade de todos terem a licenciatura para atuar na educação básica. Na meta 16, a indicação da necessidade da educação continuada. Ou seja, o professor desse nível de ensino deveria cursar pós-graduação. A meta de número 17, equiparou o salário dos professores ao de outros profissionais com a mesma formação e mesma carga horária. E a 18 exige plano de cargos e carreira para os docentes, tendo o piso como referência.

“Com isso nós tivemos uma queda no orçamento da educação, que vai sendo reduzido a cada ano. E a meta 20 do PNE, que apontava a ampliação desses recursos até 2024, chegando 10% do PIB, foi inviabilizada. Com a EC 95 houve a redução no orçamento da educação, e essa redução trouxe a estagnação para as políticas do setor. E fora isso, nós tivemos uma redução agora em 2021, a primeira desde 2008 para cá, já que não foi aplicado o reajuste ao piso salarial”, disse à **RBA** o presidente

da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), **Heleno Araújo**.

Araújo contou que é muito grande o impacto da pandemia sobre os professores. E que há muita tristeza na categoria. Para se ter uma ideia, no último dia 5, a Internacional da Educação comemorou o Dia Mundial do Docente. E para isso pediu às confederações pelo mundo vídeos em homenagem aos que faleceram por conta da covid-19.

A CNTE fez um vídeo muito triste, já que muita gente próxima dela partiu, infelizmente, por conta da covid-19. “Dos que ficaram, adoeceram muitos e 74% da nossa categoria – professores e professoras – tiveram doenças profissionais devido à falta de condições adequadas para atividade remota. Perdemos muitos estudantes e isso traz também um impacto muito grande na vida profissional e pessoal desses professores, muitos se esforçaram para manter a atividade remota, alguns foram atrás até de equipamentos para emprestar para os estudantes para manter o processo de interação e houve uma intensificação do nosso trabalho”, relatou.

No entanto, essa intensificação, sem uma formação e equipamentos adequados, sem conexão, desenca-

deou muitas doenças, como depressão, por não conseguir atender as atividades remotas previstas para esse período. Os governos não investiram na infraestrutura das escolas para garantir o retorno seguro, nem a conexão. “O próprio governo federal negou repasse de recursos de R\$ 3,5 bilhões aprovados pelo Congresso. E foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade dessa lei”.

Para o dirigente, uma falta de investimento completo no profissional de educação e nos estudantes quanto a equipamentos e conexão. “Isso trouxe prejuízos a nossos alunos e impactos profundos na saúde dos profissionais de educação.”

[Matéria completa com: Prejuízos à educação / Pastor no MEC / Inclusão social / Aberração completa, está no site cut.org.br/noticias](#)

Escrito por: Cida de Oliveira, da RBA

15 de outubro
Dia do Professor!

Nesse momento de obscurantismo e desrespeito à ciência em que vivemos no Brasil, o Sindsep /MA presta homenagens e agradece a grande contribuição dos PROFESSORES e PROFESSORAS para a construção, multiplicação e socialização do conhecimento.

Que todos os dias sejam “dia dos professores”!

SINDSEP
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO
Filiado à CUT CONDESP FENOSCF

Comissão da Câmara aprova projeto de 14º salário a aposentados

Já aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 4367/2020, que prevê o pagamento do 14º salário para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recebeu parecer favorável do relator da Comissão de Finanças e Tributação, Fábio Mitidieri (PSD-SE). Se aprovado pelos demais deputados desta comissão, seguirá para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), último passo antes de ser votado no plenário da Casa.

Mas, a proposta, que prevê o 14º dos aposentados em caráter excepcional, até 2023, pode tramitar mais rapidamente na Câmara e ser enviado para apreciação do Senado e, se aprovado, para sanção do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL). Caso haja vetos, o Congresso pode derrubá-los total ou parcialmente.

Deputado quer acelerar tramitação

Para acelerar a tramitação do projeto, o autor da proposta, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), quer levar o texto direto para o plenário, sem passar pela CCJ, segundo o colunista Chico Alves, do UOL.

Para deputados favoráveis ao PL, o 14º salário é necessário para cobrir os gastos de fim de ano dos segurados da Previdência Social, já que em

2020 e 2021 houve antecipação do 13º em razão da pandemia de novo coronavírus. Por causa da pandemia, os aposentados e pensionistas receberam o 13º salário em duas parcelas, depositadas em maio e junho, e ficarão sem a renda extra no fim do ano.

Na Comissão de Finanças, o texto recebeu uma emenda saneadora que determina que a implementação da lei "fica condicionada à existência de dotação orçamentária prévia suficiente para a cobertura das despesas".

Um dos argumentos do relator para dar parecer favorável à proposta foi a falta de capacidade laboral dos aposentados para po-

der recompor o sustento por meio de trabalho. "Eles veem sua capacidade de consumo ser reduzida todos os meses pela chegada da inflação", disse Fábio Mitidieri.

No Senado, está tramitando outro projeto que prevê o pagamento do abono extra. É o projeto de Lei (PL) 3657/2020, do senador Paulo Paim (PT-RS), que teve origem em uma proposta de iniciativa popular de autoria do advogado Sandro Gonçalves, que contou com mais de 20 mil assinaturas em todo o país.

Escrito por: Redação CUT

“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta nesta terça-feira (dia 19/10) as 10h, o secretário de Administração, Patrimônio e Finanças do SINDSEP/MA, João Carlos Lima Martins, e na pauta o aniversário de 31 anos do Sindsep/MA.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as terças-feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no [facebook.com/Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA).

SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN
Jornalista - SINDSEP/MA
DRT 785 MA



JOÃO CARLOS LIMA MARTINS
Secretário Administração
e finanças do Sindsep/MA